



As Políticas Inclusivas no Ensino Superior: UERJ e Science Po¹

Maria Alice Rezende Gonçalves
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
marialicerezende@gmail.com

Introdução

Esta comunicação tem como objetivo comparar dois experimentos de inclusão de grupos minoritários no ensino superior brasileiro e no francês: o sistema de reserva de vagas para negros da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a política de inclusão desenvolvida pela da École Libre des Sciences Politiques. O sistema de reserva de vagas da UERJ é uma dos primeiros experimentos brasileiros no campo da ação afirmativa para negros no ensino superior e seleciona seus beneficiários considerando a renda familiar e a cor/raça. O experimento da Sciences Po destina-se a inclusão de alunos egressos das Zonas de Educação Prioritárias (Zeps) visando à superação das desigualdades sociais sem estabelecer qualquer distinção. Ambos os experimentos colocam em discussão a tradição universalista e introduzem o debate em torno das políticas da diversidade no ensino superior. Os dois casos, salvaguardadas as diferenças, nos estimulam a pensar dois modelos de políticas inclusivas que colocam em oposição dois pólos filosóficos: universalista e o multiculturalista. Buscando a democratização do acesso ao ensino superior, as duas instituições desenvolvem políticas onde o princípio da igualdade é concebido a partir do respeito à diversidade.

A Demanda por ação Afirmativa no Ensino Superior brasileiro

A reforma do ensino superior brasileiro, baseada no ensino superior americano e ocorrida em 1968 pretendeu, entre outros objetivos, responder as demandas dos estudantes por mais vagas no ensino superior. Por meio da ampliação da rede privada e da reforma do exame vestibular para classificatório ampliou-se o número de vagas nas universidades. Essas medidas, no entanto, somente postergaram o problema da democratização do ensino superior. Tanto os mecanismos para seleção dos candidatos quanto o poder de absorção do sistema público continuam a não atender plenamente os anseios das camadas subalternas da sociedade brasileira.

¹ O texto apresenta as conclusões preliminares da pesquisa do estágio pós doutoral (2010-2011) realizado na EHESS/CADIS com bolsa da CAPES.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Na Constituição de 1988, em relação à educação, houve um aumento considerável dos direitos sociais e do dever do Estado com o ensino. O Estado garante a todos os cidadãos o ensino básico público e gratuito, sem que esse direito prescreva quando ultrapassada determinada faixa etária. Quanto ao ensino superior garante a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades, assim como estabelece a obediência ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Apesar dos avanços da atual constituição o ensino superior brasileiro ainda é extremamente elitista. Porém, a garantia da autonomia universitária tem sido uma brecha para a inclusão dos grupos sub-representados neste nível de ensino por meio das políticas de reserva de vagas. A interpretação do artigo quinto da Constituição de 1988, que estabelece que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” tem sido um dos argumentos dos grupos contrários as políticas de ação afirmativa.

O desafio do século XXI será transformar a universidade brasileira num lócus da diversidade, ou seja, incluir representante dos diversos setores de nossa sociedade. Torna-se inadiável uma reforma dos mecanismos de acesso bem como o acesso dos menos favorecidos ao ensino público, gratuito e de qualidade. Desde o início de deste século estamos assistindo a uma reforma silenciosa. De um lado, as universidades públicas buscam alternativas ao modelo tradicional de seleção adotando modelos diferenciados e adequados as especificidades regionais, tais como: o aproveitamento da avaliação realizada pelo Exame Nacional do Ensino Médio, a adoção de sistema de reserva de vagas para os setores sub-representados no ensino superior. Do outro, o governo busca a ampliação das vagas por meio de programas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) que oferece bolsas de estudos no ensino superior privado e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que cria novos cursos e amplia as vagas no ensino superior federal, além do Fundo de financiamento ao estudante do ensino superior que se destina a financiar os cursos presenciais de graduação em instituições privadas.

Se por um lado o governo prossegue com sua política de expansão de vagas, por meio do PROUNI e REUNI, iniciada com a reforma de 1968. Por outro, as universidades públicas ancoradas na autonomia universitária prevista na constituição de



1988, têm oferecido programas de ação afirmativa que permitiram os setores tradicionalmente excluídos das universidades ingressarem – índios, negros, mulheres, pobres, deficientes, enfim, todos os grupos minoritários sub-representados no ensino superior. Preocupados em promover a diversidade no espaço universitário, essas iniciativas inovadoras chamadas popularmente de “políticas de ação afirmativa” estão em expansão. Iniciadas de uma maneira assistemática se difundiram pelas diversas universidades públicas. A implementação de tais políticas estão mudando o cenário das universidades ao modificar o perfil dos estudantes.

Ação Afirmativa ou Discriminação Positiva?

Ação Afirmativa ou Discriminação Positiva? A discriminação positiva é o termo equivalente francês de ação afirmativa. Ambas as expressões se referem a uma série de disposições, instauradas em sociedades marcadas pelas desigualdades étnicas ou de gênero, que concedem um tratamento preferencial aos membros de certos grupos discriminados como as mulheres, os negros, indígenas, entre outros.

No Brasil, a baixa escolarização da população negra brasileira tem sido denunciada em pesquisas acadêmicas e nos dados censitários do país. Quanto ao ensino superior, à medida que avançamos para níveis superiores de escolaridade, os negros perdem posições em relação aos brancos. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil 2005 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a percentagem de negros no Brasil com grau universitário em 2001 (2,5%) foi atingida nos EUA em 1947, numa época de segregação, intolerância e violência racial institucionalizadas naquele país (p.70). O relatório alerta para a longa distância entre vestibular e diploma.

A pergunta: por que ações afirmativas para negros no Brasil? Pode ser respondida a partir da compreensão da formação do povo brasileiro, do lugar da miscigenação no projeto da nação e do mecanismo de produção das desigualdades entre brancos e negros no país. A nação brasileira foi construída a partir do modelo que supõe a negação da diferença, ou seja, sugere no limite um ideal implícito de homogeneidade que deveria se realizar pela miscigenação e pela assimilação cultural. A crença na miscigenação das três raças (o branco, o negro e o indígena) distribuídas hierarquicamente onde o branco se posiciona no ápice de uma triangulação e foi criada



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

no final do século XIX, e que permanece até os nossos dias. Esta crença floresceu tanto no campo popular como no erudito. Desde sua construção, a *fábula*, como é nominada por DAMATTA (1987) tem fornecido as bases de um projeto político e social para o brasileiro, permitindo visualizar nossa sociedade como algo singular, onde se dá o encontro cordial e harmônico entre as raças, apesar dos marcantes conflitos processados no plano político e social.

As teses do branqueamento afirmavam que a imigração européia traria o branqueamento do povo brasileiro. A mestiçagem, como etapa transitória no processo de branqueamento, constitui peça central da ideologia racial brasileira. Segundo MUNANGA (1999:111), a elite brasileira, em sua maioria, pensava que a solução mais segura e definitiva só podia ser eugênica. Uma minoria ínfima representada por Alberto Torres, Manuel Bonfim e Roquete Pinto acreditava na solução educacional.

Atualmente, com a adoção das políticas de ação afirmativa o debate em torno da composição do povo brasileiro é reacendido. Os setores conservadores da sociedade brasileira retomam o debate a partir das idéias de que a nação se construiu a partir da homogeneização do povo brasileiro pela mestiçagem e a assimilação das diferenças étnicas ou econômicas. Assim convivem duas interpretações do Brasil, um país miscigenado e um país racializado, explicitadas nos debates sobre políticas de ação afirmativa. Os conservadores se interrogam: Estamos diante país dividido a partir da adoção das cotas? O sistema de reserva de vagas se popularizou por meio da expressão “cotas raciais”. Seus beneficiários são chamados de “cotistas”.

A reserva de vagas para negros é uma política recente na história das políticas públicas brasileiras. A reivindicação de políticas de ação afirmativas destinadas à inclusão de negros no ensino superior e em outros campos acontece com a redemocratização do país. A academia brasileira produz conhecimento a respeito das desigualdades raciais no país, os movimentos sociais começam a exigir uma postura mais ativa do Estado diante de questões como as de raça e de gênero, pela adoção de políticas de ação afirmativa. Apesar das diferenças, a experiência brasileira tem sido exaustivamente comparada à experiência norte-americana. O Estado norte-americano se reconhece como multicultural diferente da experiência brasileira tradicionalmente calcada na miscigenação, na mistura das raças, A adoção da perspectiva da existência de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

uma pluralidade de raças e culturas no Brasil por alguns segmentos sociais, deságuam na proposição de políticas racializadas como uma resposta ao problema da sub-representação de segmentos minoritários, entre eles os negros. Os programas que surgiram advindos desta perspectiva refletem, quando da seleção de seus beneficiários, a realidade da sociedade em que a instituição proponente está inserida, ou seja, baseiam-se na autonomia universitária para a escolha dos grupos minoritários a serem contemplados. Estas políticas têm estimulado a polarização entre universalidade versus seletividade das políticas sociais. Ao introduzir novos beneficiários na cena pública, como os negros, criam divisões antes insistentes no campo da política social brasileira. Deste debate surge a questão: o melhor modelo de política social seria o focal ou o universal, ou até mesmo a conjugação dos dois modelos? Até hoje este tema tem incitado a produção de conhecimento tanto no campo acadêmico quanto nos debates na mídia e nos movimentos negros; enfim, o tema envolve toda a sociedade civil.

A política pública é um campo de conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e analisar essa ação (variável independente), propondo, quando necessário, mudanças no curso dessas ações (variável dependente). Este campo de conhecimento busca integrar quatro elementos: a própria política, a política(politics), a sociedade política (polity) e as instituições nas quais as políticas públicas são decididas, desenhadas e implementadas. Nesse sentido, o principal foco analítico da política pública está na identificação do tipo de problema que a política pública se dispõe a corrigir, na chegada desse problema ao sistema político (politics) e à sociedade política (policy), e nas instituições e regras que irão modelar a decisão e a implementação da política pública. (SOUZA,2006:40; FREY,2000:214)

No que diz respeito à dimensão processual – *politics* –, a ação afirmativa para negros tem despertado o interesse e promovido debates envolvendo vários grupos da sociedade civil, como os intelectuais brasileiros. Com *policy* (dimensão material), os programas de ação afirmativa adotados pelas instituições de ensino superior federais e estaduais se alicerçaram no princípio da autonomia universitária. Segundo o artigo 2007 da Constituição federal – *as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial*. O experimento da Universidade do Estado do Rio de Janeiro se orientou pelas leis estaduais que reservam vagas nas



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

universidades estaduais para grupos sub-representados, entre eles os negros. Portanto há, no Estado do Rio de Janeiro, uma clara política de ação afirmativa (*politics*) implantada e implementada pelos programas (*policy*): a de vagas para grupos sub-representados nas universidades estaduais.

De um lado, os grupos conservadores acreditam no Brasil mestiço e acreditam que as políticas de ação afirmativa para negros estariam fomentando um país dividido racialmente. Neste sentido, defendem que as políticas sociais devem ser universais. De outro, os grupos a favor das políticas raciais recorrem a interpretação de Brasil profundamente hierarquizado, com várias clivagens, dentre elas a de cor e raça, e entendem que somente as políticas seletivas poderiam minimizar a distância entre brancos e negros no país. Para eles, as ações afirmativas são um tipo de política temporária e compensatória que caminharia em direção a um país mais igualitário.

Atualmente, contando com o apoio e participação do governo, organismos internacionais, sindicalistas, movimentos negros, intelectuais, imprensa e outros representantes da sociedade civil, as ações afirmativas estão sendo implantadas em mais de 70 instituições de ensino superior brasileiras. Os diferentes grupos de pressão da sociedade civil influenciaram e influenciam a forma como hoje essas políticas vêm sendo elaboradas no Brasil. No caso do Brasil, é preciso acompanhar e avaliar essa experiência, a fim de criar mecanismos mais amplos e ágeis de inclusão dos setores sub-representados no ensino superior brasileiro.

França: Ensino Superior e Zonas de Educação Prioritárias

Debate semelhante ocorre na França no que diz respeito à inclusão de grupos minoritários no ensino superior. O sistema de reserva de vagas no ensino superior brasileiro pode ser comparado a algumas experiências em curso na França no que diz respeito ao questionamento do modelo republicano de igualdade e as experiências de inclusão no ensino superior de jovens de classes populares que frequentam as escolas das zonas de educação prioritárias – ZEPs. Neste sentido, é possível comparar a experiência da Universidade do Rio de Janeiro com a École Libre des Sciences Politiques destacando as aproximações e as diferenças existentes entre essas duas experiências em torno da promoção do acesso ao ensino superior.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Na França, hoje, a palavra “diversidade” desperta duas grandes preocupações coletivas. De uma parte, implica no reconhecimento de identidades culturais, religiosas, nacionais etc. no espaço público. De outro, implica no reconhecimento da discriminação que afeta os membros de certos grupos. (WIEVIORKA, 2008:149) Quanto à questão étnica, a França, país conhecido pela defesa das políticas universalistas baseadas nos princípios cunhados pela Revolução Francesa – igualdade, liberdade e fraternidade –, enfrenta nos dias atuais o debate em torno do projeto do governo Sarkozy (2009) para produzir “estatísticas étnicas”, ou seja, radiografar a sociedade revelando a cor e a origem dos franceses.

Para tal nomeou, em dezembro de 2008, um comissário da Diversidade e Igualdade de Chances. Os partidários do censo dizem que é uma forma de medir outros fatores da discriminação além dos sociais permitindo, assim, que sejam corrigidos através de políticas de “discriminação positiva” – o equivalente à ação afirmativa no Brasil. Os opositores argumentam que o censo vai inventar grupos, criar divisões, reviver a noção de raça e estimular o confronto. Partidários e opositores do projeto concordam que a discriminação existe. O motivo principal do racha é o que o censo étnico pode significar: o fortalecimento da nação ou a divisão num mosaico de comunidades.

Polêmicas em todo o mundo, as políticas de ação afirmativa têm estimulado o debate polarizado entre políticas universais *versus* políticas focalizadas, ao introduzirem novos atores no cenário das políticas sociais, tais como árabes, imigrantes, mulheres, hispânicos, negros, pardos e carentes.

No que diz respeito às políticas de discriminação positiva as políticas educacionais chamadas “zonas educacionais prioritárias” (ZEP), atualmente, visam, entre outros objetivos o acesso ao ensino superior. Como é o caso do acesso de jovens pobres à École Libre des Sciences Politiques – Science Po, iniciada em 2001.

As experiências americana (nação com numerosos grupos étnicos) e francesa (republicana única e indivisível) nos colocam diante de dois modelos de políticas inclusivas em curso na atualidade. Trata-se de um debate planetário orientado pela oposição entre dois pólos filosóficos principais, um republicano, outro multiculturalista. Tanto o modelo estadunidense quanto o francês apresentam semelhanças e distâncias da



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

experiência brasileira, mas ambas provocaram e provocam debates a favor e contra tais políticas.

Ação Afirmativa ou Discriminação Positiva? Tratar igualmente desiguais pode agravar a desigualdade em vez de reduzi-la. Por vezes, em nome da equidade, é indispensável tratar desigualmente os desiguais. São as chamadas políticas de discriminação positiva ou de ação afirmativas, especialmente voltadas para localidades ou setores menos desenvolvidos, cujo objetivo específico é superar desvantagens e discriminações, decorrentes de condicionantes de natureza regional, racial, de gênero, etários, de nível de escolaridade e ligados a outras situações de vulnerabilidade. Na França, a concepção de ação afirmativa é chamada de discriminação positiva. Associa um termo negativo “discriminação” a uma ação positiva, no entanto, o experimento da Science Po recusa este rótulo. Consideram que estão desenvolvendo um programa que promove a “mobilidade”. Afinal, a quem se destina os experimentos da UERJ e da Science Po?

Reserva de Vagas: o caso UERJ

O Sistema de Reserva de Vagas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro foi iniciado como o primeiro vestibular realizado em 2003. Foram feitos dois processos seletivos distintos visando atender às duas leis citadas – o Vestibular Estadual e o Sistema de Acompanhamento de Desempenho dos Estudantes do Ensino Médio (SADE). O primeiro voltado para os candidatos que não podiam ou não desejavam se candidatar ao sistema de cotas e o segundo para aqueles que desejavam concorrer pelo sistema de cotas. Quanto ao cumprimento das cotas para negros e pardos, a universidade optou pela aplicação do percentual de 50% para escolas públicas (SADE) e, em seguida, sobre as vagas não reservadas do vestibular estadual. Ainda no ano de 2003 foi aprovada a Lei 4061 que reserva 10% das vagas para deficientes físicos.

No ano seguinte, a Lei 4151 revoga todas estas leis mencionadas acima e institui mudanças nos critérios de seleção e admissão de estudantes nas universidades estaduais, tais como: unificação das duas modalidades de cotas, comprovação de carência financeira e estabelece o percentual das cotas destinadas aos diferentes beneficiários. Para o vestibular de 2004, foram estabelecidos os seguintes percentuais de cotas: 20%



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

para negros, 20% para alunos oriundos da escola pública, além de 5% das vagas para pessoas com deficiências e demais minorias étnicas. Os candidatos às cotas só poderiam concorrer a uma das modalidades e tinham de comprovar a carência financeira familiar, ou seja, renda máxima de R\$300,00 per capita. Devido à exigência de baixa renda, a universidade tem recebido ao longo dos últimos seis anos estudantes que apresentam um novo perfil socioeconômico. Este fato é um dos obstáculos enfrentados pelos cotistas e pela Universidade e impõe a existência de programas de auxílio à permanência desses alunos de baixa renda.

Em 2007, a Lei 5074 – que altera a Lei 4151 – introduziu novos beneficiários no sistema de reserva de vagas. São eles os filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e da administração penitenciária mortos ou incapacitados em razão do serviço. Atualmente, somados aos já beneficiados pela Lei 5074, são considerados grupos contemplados no sistema de reserva de vagas: estudantes da rede pública do estado, negros, pessoas com deficiências, indígenas e outras minorias, desde que comprovem a situação de carência financeira.

Atualmente, 2010, na universidade, 45% das vagas são destinadas para cotistas: 20% para negros, 20% para estudantes de escolas públicas e 5% para deficientes físicos, minorias étnicas e filhos de policiais, bombeiros e agentes penitenciários mortos em serviço. Para todos os candidatos cotistas da Uerj, a renda mensal de cada pessoa da família não pode ultrapassar de R\$ 960,00.

A análise de políticas públicas possibilita a compreensão do problema para o qual a política pública foi desenhada, seus possíveis conflitos, a trajetória seguida e o papel dos indivíduos, grupos e instituições que estão envolvidos na decisão e que serão afetados por ela. A política de reserva de vagas para negros gerou e tem gerado conflitos principalmente por definir seus beneficiários a partir da autoclassificação racial. Despertou reações variadas, da aceitação incondicional à franca rejeição – os críticos alegaram que a mestiçagem do povo brasileiro seria o principal empecilho para a identificação do possível beneficiário de tal política. Neste debate a mestiçagem é uma categoria definidora das posições pró ou contra. Ela nos faz retomar ao mito de origem do povo brasileiro, as três raças ou grupos. E, ao mesmo tempo ela assume um duplo papel: é simultaneamente o impedimento do



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

reconhecimento do pertencimento a um dessas raças ou grupos e, ao mesmo tempo, ela denuncia o mascaramento da diferença na medida em que a “marca”, a cor da pele é um dos principais indicadores de raça/cor e fomentadora do racismo e das desigualdades no Brasil.

Uma política pública caracteriza-se por ser uma intervenção deliberada do Estado sobre a sociedade civil. Apresenta um foco preciso em temas empiricamente contextualizados. Convém destacar o caráter simbólico das políticas públicas, pois o conceito engloba tanto as decisões quanto as não-decisões do governo. As políticas focalizadas já foram experimentadas com grupos minoritários no Brasil. Em 1968, o governo federal instituiu a Lei do Boi (lei 5.465) que reservava vagas no ensino superior para as populações rurais nos cursos de Veterinária e Agricultura. No final dos anos 1990, as mulheres foram beneficiadas com a reserva de 30% das vagas nos partidos políticos para que pudessem se candidatar às eleições municipais, estaduais e federais. Os negros, porém, só foram beneficiados com ações afirmativas no início do século XXI com a adoção de políticas de inclusão na educação superior e no funcionalismo público.

Mobilidade Social: o caso Science Po

Na França, no início dos anos 2000, as escolas secundárias das chamadas Zonas de Educação Prioritárias (ZEPs), puderam enviar seus melhores alunos para a École libre des Sciences Politiques – Science Po. As ZEPs foram criadas no início dos anos 1980, durante o governo de François Mitterrand com o objetivo de democratizar a educação francesa.

Em 2001, Sciences Po modifica o pequeno mundo das grandes escolas ao estabelecer as parcerias com os liceus das zonas desfavorecidas, das periferias abandonadas, das pequenas cidades das regiões em crise e do mundo rural esquecido. Com um programa de ingresso de jovens oriundos dos grupos sub-representados no ensino superior francês uma instituição acadêmica importante para a sociedade francesa se abre para os desfavorecidos. Escandaloso para uns, superficial e demagógico para outros, o programa de Convenções Educacionais Prioritárias abre uma brecha numa França fechada. Os talentos ignorados pelo sistema podem ser reconhecidos e valorizados. (DELHAY, 2006).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

O plano é experimental, com tempo previsto para término, sem intenções de generalização, e está sujeito a um processo de avaliação. Esta iniciativa despertou o debate em torno do princípio de igualdade tão caro aos franceses. Apesar disto, algumas escolas superiores se interessaram em preparar alunos das escolas secundárias para a futura admissão.

Em resposta a falta de abertura social e cultural do recrutamento dos grandes estabelecimentos seletivos franceses a Sciences Po propõe um programa que visa a igualdade de oportunidades. Por meio de convênios de Educação Prioritária recrutam alunos meritórios, escolarizados em estabelecimentos parceiros da Sciences Po situados em Zona de Educação Prioritária. Neste experimento a noção de mérito é revisitada. O programa abandona a noção de mérito adotada pelo sistema tradicional de ensino onde somente as elites são contempladas por terem acesso às melhores escolas e cria novos instrumentos de avaliação para selecionar os talentos beneficiados pelo programa.

Ao combater os quatro obstáculos explicativos das desvantagens dos alunos oriundos das Zeps a Sciences Po visa promover a igualdade de oportunidades. São considerados obstáculos: a falta de meios financeiros, a ausência de informação especializada dada por parentes ou amigos; a deturpação social ligada à própria natureza das provas de seleção; e, o fenômeno da autocensura que impede esses jovens de ingressarem na universidade. “Os alunos mais talentosos e meritórios, quaisquer que sejam suas origens familiares, sociais e culturais, devem poder encontrar o seu lugar na Sciences Po. (...) Nós formamos aqueles que serão, num futuro próximo, responsáveis pela tomada de decisões, quer ingressem na esfera pública, quer, como ocorre com a maioria, no mundo empresarial. A renovação dessas elites, que devem assemelhar-se mais a sociedade, é fundamental. ”, diz Richard Descoings, diretor da instituição acolhedora.

O processo de seleção é voltado para a descoberta dos mais talentosos, não necessariamente aquele com as melhores notas ao longo de sua escolarização. Eles têm de realizar um dossiê de imprensa sobre um tema escolhido por eles e defende-lo perante uma banca examinadora de candidatos reunida no estabelecimento. Posteriormente, os candidatos selecionados devem se apresentar perante uma banca examinadora de ingresso a Sciences Po, logo após a publicação dos resultados do



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

baccalauréat (o título que permite o ingresso na universidade francesa). Os alunos selecionados podem ser oriundos das periferias francesas e dos departamentos e territórios existentes fora da Europa, os DOMs e os TOMs. É também objetivo do Programa promover a troca de experiências a nível internacional por meio de uma “rede internacional de mobilidade social”.

Em entrevista realizada com a coordenação do experimento, o programa foi identificado como promotor de “mobilidade social” por se tratar de uma política territorial, argumenta o coordenador. A discriminação positiva alcança somente a pessoa e não o território, as Zonas de Educação Prioritárias (Zeps).

Diversidade e os novos beneficiários: Negros e Egressos das Zeps

Essas políticas, se bem implantadas, implementadas e avaliadas, podem significar um avanço nas políticas inclusivas das duas nações e, como modelo, podem ser reprisados em situações sociais semelhantes.

Conforme o VI Censo de Graduação da UERJ realizado em 2008 a universidade possuía nove mil alunos cotistas na graduação. Neste universo de cotistas não há distinção de cor dos alunos, a cifra engloba todos os grupos beneficiados pelo sistema de reserva de vagas. Cabe esclarecer que são chamados cotistas os alunos que ingressaram sob o regime de reserva de vagas que contempla os seguintes grupos: negros, indígenas, egressos das escolas públicas do estado do Rio de Janeiro, portadores de necessidades especiais, filhos de funcionários públicos (policiais e bombeiros) mortos em serviço e demais minorias interessadas. Todos deverão ser comprovadamente de baixa renda. O experimento da UERJ está próximo de seu aniversário de 10 anos, período previsto em lei para o seu encerramento ou prorrogação caso haja demanda e pressão social para tal.

A cada ano, mais de novecentos liceanos se candidatam à seleção que possibilitará a alguns deles ingressarem na Sciences Po. Desde 2001, 733 alunos foram aprovados pela unidade de Convênios de Educação Prioritária (CEP), tendo 130 sido aprovados em 2010.

Considerações Finais

É preciso acompanhar e avaliar esses experimentos de inclusão a fim de criar mecanismos mais amplos e ágeis de inclusão dos setores sub-representados no ensino



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

superior brasileiro. Os programas de inclusão desenvolvidos pelas instituições de ensino superior: uma francesa e a outra brasileira nos colocam diante de dois modelos de políticas inclusivas com pontos de convergências e de divergências. O experimento francês é marcado pelos princípios filosóficos do republicanismo onde a defesa do universalismo e da igualdade de chances são direitos do homem. O experimento brasileiro coloca em questão a crença na homogeneidade do povo brasileiro, na democracia racial e na democratização das oportunidades no país. Estamos diante de um novo paradigma para as políticas públicas de inclusão no ensino superior. Este parte do princípio que as desigualdades raciais no país são estruturais, ou seja, considera que os grupos raciais se mantêm distantes desde o fim da escravatura até os nossos dias construindo, deste modo, uma sociedade onde os mais escuros (pretos e pardos) estão em desvantagem. O principal ponto de convergência é a denuncia das desigualdades de chance. Tanto o modelo francês quanto o brasileiro questionam o mérito como único critério para o ingresso no ensino superior. Ao propor a substituição do já consagrado conceito de “discriminação positiva” por “mobilidade social” os dirigentes do experimento do Sciences Po focam no território, as Zeps. É lá, nos liceus das Zeps que a Sciences Po recruta seus candidatos. E a avaliação se inicia na instituição do candidato. Consideram que o programa promoverá da mobilidade social a partir de critérios de seleção que rompem com os critérios tradicionais de avaliação do candidato. O desempenho escolar traduzido pelas avaliações contidas no histórico escolar do candidato não é o mais importante. O desejo de mobilidade e o empenho na candidatura são condições indispensáveis para a participação do pretendente a vaga. Os alunos aprovados na Sciences Po retornam aos seus liceus de origem e dão o exemplo imediato e concreto de êxito através dos estudos. Já no experimento da Universidade do Estado do Rio de Janeiro pressupõe uma identidade étnica e de classe. São exigidas, além de uma nota mínima para o ingresso, a auto-classificação de cor/raça (preto ou pardo) e pertencer aos grupos sociais com renda mínima estabelecida nos editais do vestibular. Ambos os experimentos colocam em discussão o ideal republicano que pressupõe a igualdade de oportunidade e de chances provocando debates sobre a cidadania e justiça social. Porém as estratégias para obtenção dos objetivos são diferentes. Aponto como divergência o foco diferenciado dos dois programas, enquanto o experimento francês



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

está focado no território (as Zeps) o brasileiro visa atingir o indivíduo (auto-declarado negro com baixa renda) .

REFERÊNCIAS

- BARR, N. *Economics of the Welfare State*. Fourth Edition. Oxford University Press. 2003.
- BENBASSA. E. (org.) *Dictionnaire des racismes, de l'exclusion et des discriminations*. Paris:Larousse. 2010.
- DAMATTA. R. *Relativizando*, Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- DELHAY. CYRIL. *Promotion Zep, des quartiers à Sciences Po*.Paris: Hachette Littératures. 2006.
- DESCOINGS.R. *Sciences Po, de la Courneuve à Shanghai*. Paris: Presses de Sciences Po. 2007.
- FREY, K. “Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil”. In: *Planejamento e Políticas Públicas*, n.21, junho de 2000.
- GONÇALVES. M.A.R. “A política de cotas para negros na Universidade do Estado do Rio de Janeiro”. In: ROMAO J. *História da educação do negro e outras histórias*. Brasília: Mec/SECAD. 2004.
- PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil 2005 Racismo, pobreza e violência*, Brasília: PNUD Brasil, 2005.
- SOUZA. C. “Políticas Públicas: uma revisão da literatura”. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº. 16, jul/dez 2006, pp. 20-45.
- SCIENCES PO. *Pôle Egalité des chances et Diversité. Objectif: Egalité des chaces, Les conventions Education Prioritaire*. Paris: Dossier de Presse – Janvier 2011
- UERJ. *VI Censo de Graduação*. Rio de Janeiro:UERJ. 2009.
- WIEVIORKA, M. *La Diversité*. Paris:Éditions Robert Laffont, S. A.2008.